A existência de escolas pagas diretamente pelas famílias (escolas *não-estatais*) e escolas pagas indiretamente pelas famílias (escolas *estatais*) não carecem de evidência nem de suporte. Ambas deveriam ser orientadas em torno de projetos educativos próprios, com carácter civilizacional, no sentido de serem proporcionadas condições para que professores e alunos criem melhores ambientes de aprendizagem e socialização.

Infelizmente, não se dá a possibilidade de extrapolar a "meritocracia" para a rede de ensino nem se permite a liberdade de escolha: Não é permitido elevar, distinguir e premiar os bons resultados, nem tão pouco alimentar o desejo de poder continuar a priorizar "o género de educação a dar aos filhos". Simplesmente, é retirada a liberdade de escolha da escola, a pretexto dos erros passados (e presentes). Esta é, no entanto, uma justificação meramente quantitativa. De facto, é fundamentalmente economicista, pelo que importa perceber que no seu fulcro está não a questão óbvia do gasto público mas a poupança com o custo do aluno *não-estatal*. Impõe-se assim a questão: **Quanto poupa o *Estado* por cada aluno (pré-universitário) que sai do ensino público *não estatal*?**

Para responder a esta pergunta apresenta-se um estudo assente nas seguintes premissas: Custo típico de um aluno numa escola *estatal* e numa escola *não-estatal* associada ao *Estado* com, por exemplo, <u>cinco anos</u> da escolaridade obrigatória do ensino básico financiados pelo *Estado*. Considera-se, ainda, o custo aluno padrão fixado pelo Ministério (85.288€ turma) e uma taxa de retenção idêntica nas duas categorias de escolas. Finalmente, assume-se que a oferta da escola *estatal* é elástica, ou seja, capaz de incorporar todos os alunos existentes ou a existir em condições minimamente razoáveis.

Neste cenário, o *Estado*, nos 12 anos de escolaridade obrigatória, tem a seguinte despesa:

- <u>Na Escola *estatal*</u>
  Sendo
  85.288€ (custo turma) x 12 (anos) = 1.023.456€ (custo turma)
  Temos que o custo por aluno nos 12 anos escolares pago pelo *Estado* é de
  1.023.456€ (custo turma) / 30 alunos = 34.115€ (custo aluno)
- <u>Na Escola *não-estatal*</u>
  85.288€ (custo turma) x 5 (anos) = 426.440€ (custo turma)
  Assim, o custo por aluno pago pelo *Estado*, <u>nos mesmos 12 anos</u>, é de
  426.440€ (custo turma) / 30 (alunos) = 14.215€ (custo aluno)

Caso os alunos passem todos a frequentar, durante a escolaridade obrigatória, escolas *estatais*, o *Estado* poderá circunstancialmente e a curto prazo, fruto da capacidade agora instalada, reduzir alguma despesa, mas estruturalmente, no médio e longo prazo, o *Estado* vai gastar mais (custo de oportunidade). Vejamos, o *Estado* deixa de pagar o valor de 426.440€ por cada turma *não-estatal* eliminada e passa a ter de pagar 1.023.456€, ou seja, por cada uma destas turmas incorporadas, gasta mais **597.016€**. Assim, **um aluno que, durante 12 anos, custava ao *Estado* 14.215€ na escola *não-estatal*, passa a custar mais 19.900€ na escola estatal, i. é, 34.115€.**

Este custo adicional para o *Estado* é, simultaneamente, o preço que os pais da escola *não-estatal* estão dispostos a pagar para terem "o direito de escolher o género de educação a dar aos filhos" (nº3 do Art.º26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem).

Nas medidas governamentais que cortam o financiamento às escolas *não-estatais*, não estão em causa critérios qualitativos, nem projetos educativos. Apenas se apoiam numa política de circunstância.

As escolas *não-estatais* foram consideradas supletivas, e, agora, os professores também o estão a ser! Esta estratégia aponta para um amanhã onde também a escola *estatal* o será e, ulteriormente, também os nossos filhos! (Ou será ao <u>contrário</u>?)

Paulo Simões Lopes, APCRSI, 13.X.2012